



Vivência em “Epistemologias Negras”: desafios e perspectivas no ensino de Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Luís Antônio da Silva Soares*,
Ana Cláudia Rodrigues da Silva ** &
Rayza Almeida da Hora Silva***

Resumo

Neste artigo foram analisadas as vivências pedagógicas da disciplina “Epistemologias Negras”, ministrada no curso de Ciências Sociais do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O objetivo principal é apresentar narrativas afro-referenciadas dos docentes acerca dos desafios de ensinar conteúdos de autoras e autores negros historicamente invisibilizados nas Ciências Sociais. Essas narrativas são associadas aos conceitos de Dispositivo de Racialidade, Racismo, Sexismo e do Ideal do Eu Branco. A pesquisa foi de cunho qualitativo, utilizando como principais técnicas a observação participante e as escrituras. Conclui-se que a disciplina “Epistemologias Negras” cumpriu um papel central no desenvolvimento do pensamento crítico dos educandos e educadores.

Palavras-chave: Epistemologias Negras; Dispositivo de Racialidade; Ideal do Eu Branco

* Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: luissoarescs@gmail.com

** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: ana.crsilva2@ufpe.br

*** Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil. E-mail: rayza.almeida@ufpe.br

Abstract

This article analyses the pedagogical experiences in the “Black Epistemologies” course at the Department of Anthropology and Museology at the Federal University of Pernambuco (UFPE). The main objective is to present Afro-referenced narratives from faculty members about the challenges of teaching black authors and authors who have historically been made invisible in the Social Sciences. These narratives are associated with the concepts of the Racial Device, Racism, Sexism and the White Self Ideal. The main techniques of this qualitative research were participants observation and writing. It is concluded that the “Black Epistemologies” course played a central role in the development of critical thinking among students and educators.

Keywords: Black Epistemologies; Racial Device; White Self Ideal

Résumé

Cet article analyse les expériences pédagogiques de la discipline « Épistémologies noires », enseignée dans le cours de sciences sociales au département d'anthropologie et de muséologie de l'Université fédérale de Pernambouc (UFPE). L'objectif principal est de présenter des récits afro-référencés de professeurs sur les défis que représente l'enseignement de contenus d'auteurs noirs historiquement invisibles dans le domaine des sciences sociales. Ces récits sont associés aux concepts de dispositif de la racialité, du racisme, du sexisme et de l'idéal du moi blanc. La recherche était de nature qualitative, utilisant l'observation des participants et les expériences d'écriture comme principales techniques. La conclusion est que le sujet des « épistémologies noires » a joué un rôle central dans le développement de la pensée critique chez les étudiants et les éducateurs.

Mots-clés : épistémologies noires, dispositif de racialité, idéal du Moi blanc

Introdução

A narrativa de uma educação mais inclusiva e diversa tem ganhado cada vez mais espaço nas universidades brasileiras. É neste contexto que surge o interesse em apresentar as vivências pedagógicas ocorridas na disciplina de “Epistemologias Negras” do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que ocorreu às quintas-feiras, das 14:00h às 18:00h, com início em dezembro de 2022 e término em março de 2023. O nome oficial da disciplina presente na grade curricular do curso é Seminário de Antropologia 2. A disciplina foi ministrada pela professora Dr^a. Ana Claudia Rodrigues da Silva e acompanhada por dois

estagiários¹, Luis Antônio da Silva Soares, que está cursando o doutorado, e Rayza Almeida da Hora Silva, que está cursando o mestrado, ambos pelo departamento de Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco.

Em termos gerais, a disciplina caracteriza-se como um conjunto de saberes que emergem das experiências e perspectivas de pensadoras e pensadores negros, com o objetivo de desafiar e superar as ideias dominantes que sustentam a opressão racial, incidindo diretamente no alargamento do cânone das Ciências Sociais.

As relações sociais são marcadas por desigualdades em termos de gênero, raça e etnia. Para Grada Kilomba, além de essas desigualdades serem construídas historicamente, são nos espaços de poder que as estruturas de validação do conhecimento são definidas por quem está no centro da estrutura acadêmica e que, na sua maioria, são homens brancos que consideram as suas perspectivas como superiores. Como resultado, a produção acadêmica, social e cultural de pessoas racializadas é frequentemente deslegitimada (Kilomba 2020).

A mesma autora segue explicando que, nessa lógica de poder, “qualquer forma de saber que não se enquadre na forma eurocêntrica de conhecimento tem sido continuamente rejeitada sob o argumento de não ser ciência credível” (Kilomba 2020: 53). A partir das nossas experiências na disciplina, buscamos problematizar o cânone brasileiro das Ciências Sociais. Um dos primeiros problemas observado na experiência docente foi a invisibilização que a disciplina “Epistemologias Negras” enfrentava, já na oferta curricular do curso de Ciências Sociais da UFPE, na medida em que aparecia com o nome genérico de Seminário de Antropologia ², não ficando explícito o nome da disciplina, no ato da matrícula, para o conjunto dos alunos e alunas. Esta observação nos permitiu perceber as nuances da engrenagem do epistemicídio dentro do ambiente acadêmico da UFPE, universidade conhecida por ser a última instituição federal de ensino superior do país a aderir ao sistema de cotas raciais. No Brasil são poucas as experiências de disciplinas voltadas exclusivamente às epistemologias negras, como a ministrada por Messias Basques, em 2019, na Universidade Federal do Espírito Santo no curso de Ciências Sociais, intitulada “Branco sai, Preto fica: uma introdução à antropologia de autores negros/as”. Na UFPE, como demonstra Silva (2021), a disciplina é a primeira experiência docente dedicada a ministrar conteúdos exclusivamente produzidos por intelectuais negros/as.

Por se tratar de um artigo que articula as escrevivências³ dos docentes e discentes envolvidos na disciplina, é importante situar os leitores/as de que lugar partimos (Duarte, Nunes 2020). As reflexões críticas aqui apresentadas

partem de Ana Claudia Rodrigues da Silva, mulher negra, antropóloga, que pesquisa sobre relações raciais desde a graduação em Ciências Sociais. Estudou em escolas públicas e foi a primeira da família a acessar uma universidade pública, a fazer uma pós-graduação e a ser aprovada em concurso público. Participou do movimento social negro e atualmente coordena o projeto de pesquisa intitulado “Enegrecendo Currículos”⁴.

O segundo autor do artigo é Luis Antônio da Silva Soares, um homem negro, sociólogo, que pesquisa atualmente os impactos socioambientais das linhas de transmissão de energia eólica, no modo de vida de mulheres negras camponesas da Mata Norte de Pernambuco. Foi o primeiro da família a acessar o doutoramento. Participa da Associação Sítio Agatha e compõe o grupo de pesquisa e estudo Macondo da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

O presente estudo tem, igualmente, a autoria de Rayza Almeida da Hora Silva, socióloga negra, que se dedica à pesquisa e ao trabalho na área da temática racial. No âmbito profissional, integra o núcleo de implementação de projetos da Piraporiando, onde aplica práticas de mentoria racial em escolas e empresas. Em seu mestrado, investiga a aplicação da Lei 10.639/03 nas instituições de ensino públicas do Estado de Pernambuco. Atualmente, está envolvida em projetos de pesquisa e extensão, como o “Enegrecendo Currículos”, e “Promoção de ações curriculares afirmativas no curso de Fisioterapia para melhoria da formação dos profissionais no cuidado em saúde da população negra”.

Os/as discentes matriculados na disciplina eram majoritariamente do curso de Ciências Sociais, mas havia estudantes de História, Geografia, Museologia e outras áreas, uma vez que a disciplina abre vagas para outros departamentos da UFPE. No total, 22 discentes se matricularam na disciplina com perfis diversificados, de recém ingressos no curso a quase formados. Em termos de gênero, a turma foi composta, em sua maioria, por mulheres. No que se refere a identidade racial, a maior parte se autodeclarou, durante o processo de formação, como negros/as⁵.

Este artigo, além de relacionar uma reflexão crítica sobre as nossas vivências enquanto educadores racializados, numa universidade pública, ocupada hegemonicamente por um pensamento ocidental, proporrá uma sistematização e aprofundamento teórico, que valorize as nossas práticas e saberes, frequentemente marginalizadas no ambiente acadêmico. De tal maneira, o artigo oferecerá a investigadores, docentes, movimentos sociais, organizações da sociedade civil e às comunidades tradicionais, práticas de ensino que dialoguem com as suas realidades dentro de uma universidade pública, no nordeste brasileiro.

Dispositivo de Racialidade, Racismo, Sexismo e o Ideal do “Eu branco” nas Ciências Sociais

Nesta seção trataremos sobre um dos *locus* do nosso debate: os conceitos de dispositivo de racialidade, racismo, sexismo e o ideal do “eu branco” nas Ciências Sociais. Estes marcos teóricos são cruciais para entendermos como as relações raciais e de gênero foram moldadas e reproduzidas historicamente, influenciando o pensamento acadêmico e a prática educacional atual. Ratificamos a importância de incluir autoras negras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez e Neuza Santos Souza, nas nossas leituras e debates, pois elas trazem perspectivas nevrálgicas, para desmontar a estrutura complexa do racismo brasileiro. As suas obras são um verdadeiro convite para pensarmos a partir das epistemologias negras nas Ciências Sociais. As relações raciais no Brasil fazem parte de um campo importante dentro das Ciências Sociais, entretanto, essas relações sempre foram pensadas por intelectuais brancos, cabendo aos negros serem objetos de estudo e não protagonistas, de interpretações sobre as relações sociais no Brasil.

A princípio vale a pena ressaltar que a branquitude no Brasil é mais do que um dado fenótipo, é uma construção sócio-histórica e política. Ou seja, é uma questão fundamental entender e discutir como se deram as relações de raça no país. A pensadora Neuza Santos Souza observa a branquitude como uma construção social, política e cultural, que supera as características atribuídas às pessoas consideradas brancas em uma determinada sociedade. Souza (2021) argumenta que a branquitude não é uma característica biológica ou genética, mas sim uma construção ideológica que atribui privilégios e poder. A autora destaca que a branquitude é construída em oposição a outras categorias raciais, como a negritude, e que é moldada por ideias e valores que favorecem a posição dominante dos brancos na sociedade. De acordo com a autora, a branquitude é muitas vezes invisível e naturalizada, e que no cotidiano das dinâmicas sociais é difícil reconhecer esse padrão (Souza 2021).

Nesse sentido, é importante destacar a necessidade de os estudantes pensarem sobre quais corpos estão produzindo interpretações sobre o Brasil. Quando perguntamos, em sala de aula, quantos intelectuais negros/as as/os estudantes já leram, “nenhum” foi a resposta mais recorrente. Mas quando perguntamos sobre os/as autores clássicos nas Ciências Sociais e a sua cor/gênero muitos estudantes relataram nunca ter pensado sobre isso, pois há uma falsa ideia de que na ciência não existe raça/gênero. Porém, quando paramos para olhar esses corpos verificamos a dificuldade observada por Souza (2021) de reconhecer o padrão da branquitude, raça não importa, mas a produção é majoritariamente feita por uma raça, a branca, e por um gênero, o masculino.

Compreender as relações raciais é fundamental para enfrentar o racismo e as desigualdades de gênero persistentes no Brasil. A classe social foi apontada pelas Ciências Sociais brasileiras como principal motivo para as desigualdades no país. Contudo, é preciso reconhecer que a questão racial não pode ser reduzida à classe e ao desenvolvimento socioeconômico, já que o racismo se manifesta de maneira singular em diferentes contextos sociais. Dentro das instituições de ensino, por exemplo, é essencial abordar a temática de forma consistente, incentivando a reflexão crítica sobre as desigualdades raciais e as suas consequências na sociedade brasileira. Por mais que as Ciências Sociais brasileiras tenham uma tradição no campo de pesquisa das Relações Raciais isso não significa que intelectuais negros/as sejam incorporados nas disciplinas. Um bom exemplo é a escolha de Florestan Fernandes e Caio Padro Jr. como as grandes referências na área e Guerreiros Ramos e Clóvis Moura serem considerados menos importantes e as suas produções consideradas como militantes (Silva 2021; Figueiredo e Grosfoguel 2007).

A grade curricular nas Ciências Sociais na UFPE, ainda apresenta um perfil conservador e pouco diverso. Ela nos remete à ideia de prisão, pois continuamos presos a uma epistemologia que reflete pouco a própria formação do Brasil. Nos últimos seis anos, caso os graduandos decidam por conta própria cursar uma disciplina que contemple a temática racial, 4 (quatro) opções de eletivas seriam apresentadas:

1. IN809 – Negros e Relações Interétnicas;
2. IN816 – Relações Raciais;
3. CS649 – Sociologia das Sociedades Africanas;
4. AM108 – Tópicos Especiais de Antropologia II (Epistemologias Negras).

No rol de mais de cem (100) disciplinas disponibilizadas é sintomático ter apenas quatro que abordem as relações raciais e que estas se configurem como eletivas, ou seja, é possível que um estudante termine o curso sem ter passado por estas disciplinas, uma vez que não são obrigatórias.

Nesse sentido, a disciplina surge da necessidade de reflexão sobre as ausências de produções intelectuais negras nos cursos de Ciências Sociais e como forma de questionar cânones, ao trazer à tona autores e autoras relegadas por meio do epistemicídio (Carneiro 2005). Afinal, o cânone muitas vezes ignora ou marginaliza a contribuição de autores e autoras que não se encaixavam nos padrões dominantes de pensamento. Como pondera Ana Cláudia Rodrigues da Silva: “por que ler autores negros e negras?” Uma das respostas possíveis para esta pergunta seria pelo fato de as suas produções

falarem não só sobre negros(as), mas sobre todos nós. Sim, as produções negras interpretam o Brasil, falam sobre o povo brasileiro a partir de uma epistemologia negra (Silva 2021: 106).

Historicamente, as Ciências Sociais foram desenvolvidas a partir de uma epistemologia centrada no ocidente, negligenciando grande parte dos conhecimentos não-brancos. É fundamental reconhecer que a criação de disciplinas que dialoguem com epistemologias contra-hegemônicas não é suficiente para promover uma verdadeira inclusão desses saberes. É necessário descolonizar epistemicamente as práticas cotidianas, reconhecendo que os saberes não estão limitados ao modelo europeu/estadunidense e que devem ser integrados como parte constituinte do saber (Silva 2021).

Ao olhar para populações negras como produtoras de conhecimento, é preciso considerá-las como sujeitos ativos e não meramente como objetos de pesquisa e estudos. Embora as Ciências Sociais tenham sido fundadas em berços europeus, é necessário compreender como essas ciências se desdobram diante das tentativas de apagamento epistemológico, que foram, inclusive, praticadas dentro desse campo. É fundamental compreender que a presença ou ausência de pessoas não-brancas como formuladoras de teorias e processos metodológicos nas Ciências Sociais é um mecanismo de poder. A branquitude tem o poder de decidir quem será incluído ou excluído dessas epistemologias, tornando-se um problema político que envolve interesses políticos (Silva 2021).

Queremos dizer que a branquitude acadêmica produz um campo ontológico, epistemológico e de poder. Esses campos se interconectam para moldar formas de conhecimentos e subjetivação que formam um dispositivo de poder. Para a filósofa Sueli Carneiro, no Brasil, há coexistência de duas formas de inteligibilidade da racialidade: uma é justamente o dispositivo de poder, que tem como objetivo o adestramento de sujeitos racializados, baseado em visões raciais produzidas historicamente pela branquitude. A outra é a lógica do biopoder, que opera em uma dimensão mais ampla e conforma um dispositivo de poder híbrido: o dispositivo de racialidade/biopoder (Carneiro 2005).

Dentro do contexto criado pelo dispositivo de racialidade, a regra é que negros e brancos são obrigados a demonstrar nas suas vidas aquilo que é atribuído às suas respectivas raças, tornando-se imperativo a produção dessas realidades para a legitimação das hierarquias sociais, saberes e poderes. Esse dispositivo é responsável pela produção e reprodução sistemática de raças subordinadas. No caso do sistema educacional brasileiro se manifesta principalmente por meio do controle do acesso, sucesso e permanência dos educandos racializados no ensino público de qualidade (Carneiro 2005).

Essa lógica do biopoder dentro do dispositivo de racialidade, implica em uma série de práticas que têm como objetivo controlar corpos racializados. Isso se dá através de mecanismos como o controle do acesso à educação e do trabalho, além da produção de normas e discursos que reforçam a hierarquia racial. Nesse contexto, a educação é uma das áreas em que a lógica do biopoder se manifesta de forma mais evidente. O acesso à educação de qualidade é um dos principais meios de ascensão social, mas a seletividade do sistema educacional brasileiro dificulta esse processo para os grupos racializados, reforçando a lógica de exclusão e subalternização. Assim, a compreensão do dispositivo de racialidade se torna fundamental (Carneiro 2005).

Dessa forma, acreditamos que é possível adotar uma perspectiva teórica/pedagógica que reconhece a existência de um dispositivo de racialidade/biopoder em operação nas universidades brasileiras. Esse dispositivo é responsável por produzir e reproduzir um sistema de supremacia racial, que se baseia em saberes e práticas educativas que promovem o epistemicídio (Carneiro 2005). Além disso, esse sistema está relacionado às dinâmicas de reprodução e aniquilamento dos grupos racializados. Uma das questões apresentadas pelos estudantes da disciplina refere-se à identificação. Eles não se vêem representados nos conteúdos, mesmo quando estes retratam realidades vivenciadas por eles, como por exemplo, as realidades das periferias. Nas suas palavras, é como se essas produções estivessem construindo um tipo ideal que não correspondesse às suas realidades. Por outro lado, as produções negras despertam uma identificação ou proximidade, tanto física, por se tratar de autores negros/as, como nas interpretações. “Eu consigo entender o que Lélia Gonzalez está dizendo, porque ela fala de nós, nela eu vejo minha mãe, minhas tias” (Esteffane, aluna negra, 2022).

Vale a pena frisar que o conceito de dispositivo de racialidade/biopoder de Sueli Carneiro e o conceito de necropolítica⁶ do pensador Achille Mbembe apresentam confluências em relação à forma como operam na sociedade brasileira. Ambos os conceitos reconhecem a existência de uma política do Estado, que visa controlar a vida e a morte de sujeitos racializados. A necropolítica de Mbembe enfatiza como o Estado moderno se tornou capaz de decidir quem pode viver e quem deve morrer, especialmente em contextos de violência política e guerra. Essa lógica se estende para além da esfera do Estado e se manifesta em outras instituições, como a educação, que pode ser usada para reforçar a subjugação das populações marginalizadas (Mbembe 2018).

Da mesma forma, o dispositivo de racialidade/biopoder de Carneiro se concentra nas práticas e discursos que produzem e reproduzem a desigualdade racial e o racismo institucionalizado no Brasil. Esse dispositivo atua por

meio de saberes e práticas educativas que promovem o silenciamento das experiências e conhecimentos dos afrodescendentes, reforçando assim o racismo e o epistemicídio. Para além disso, o conceito de dispositivo de racialidade/biopoder avança no reconhecimento da importância da resistência e da luta das populações marginalizadas contra a opressão e a subjugação. Essa perspectiva valoriza, fundamentalmente, as estratégias e táticas adotadas pelas comunidades negras do Brasil (Carneiro 2005). Pensando na interface de raça e gênero é sintomático do racismo genderizado o fato de, no Brasil, a obra de Mbembe ter tido mais repercussão do que a de Sueli Carneiro e, não por acaso, a sua tese levou 20 anos para ser publicada, onde já apontava o fato do negro estar inscrito no signo da morte.

Mesmo sendo um assunto carregado de sofrimento, os estudantes conseguem discutir, com propriedade, assuntos relacionados ao genocídio negro, à violência policial e os/as autores negros/os os ajudam a teorizar práticas cotidianas vivenciadas nos seus territórios e na própria universidade. Por outro lado, como apresenta Sueli Carneiro, há resistências e as experiências trazidas para dentro da sala de aula através de suas vivências reposicionam as ciências sociais. Afinal que social é esse falado pela branquitude? Que cultura brasileira é essa narrada por esses intelectuais? Lélia Gonzalez, uma intelectual negra, nos traz algumas respostas.

Para Gonzalez (1983), há uma especificidade na cultura brasileira que, consciente ou não, oculta e revela as marcas da africanidade que a compõem. Nesse prisma, é importante destacar o papel da mulher negra nesse processo de formação cultural e os diferentes modos de rejeição ou integração do seu papel. “Justamente a mulher negra anônima, que vive na periferia e nas camadas mais baixas da sociedade, quem sofre de maneira mais intensa os efeitos da opressão racial” (Gonzalez 1983: 8). Nesse sentido, ao abordarmos a obra de Gonzalez em sala de aula percebemos como os corpos das mulheres negras ali presentes são impactados pela leitura e reflexão. É uma leitura do Brasil que coloca a vida dessas mulheres negras como central para compreensão da sociedade e não há como não fazer comparações entre o que é dito por Lélia Gonzalez e o que é vivenciado pelos estudantes no dia a dia. Como exemplo, podemos citar a experiência trazida para a sala de aula de uma aluna que relata o fato que, em sua família, todas as mulheres foram ou são empregadas doméstica e como a obra de Gonzalez a ajudou a compreender a construção social das empregadas domésticas observando as suas próprias relações familiares.

A vivência de ser negra é uma experiência complexa e marcada por diversas opressões. Essa vivência envolve o sofrimento causado pelo massacre da identidade, onde a negra é constantemente confundida em suas perspectivas

e submetida a exigências e expectativas alienadas. No entanto, tornar-se negra também é um processo de resgate da história e de recriação das suas potencialidades. É um compromisso em se libertar das amarras impostas pela sociedade e valorizar a cultura e a identidade negra, contribuindo para a luta contra o racismo. Dessa forma, tornar-se negra é um processo de resistência e empoderamento, que possibilita a construção de uma resistência (Souza 2021). Cabe destacar que muitos discentes relataram ter consciência de ser uma pessoa negra ao adentrar no universo acadêmico e que muitas vezes essa descoberta se deu pela vivência do racismo, afinal adentraram em um universo feito para acolher a branquitude.

A psicanalista Neusa Santos Souza observa que as tentativas de impor barreiras ou de abrir brechas para a ascensão social dos negros acabam fragmentando a sua identidade, minando o seu orgulho e desarticulando a solidariedade do grupo. Essa situação, embora vivida subjetivamente, tem repercussões no laço social, resultando em barreiras adicionais para os negros. Qualquer aspiração para “tornar-se gente” deve obedecer a um tripé condicional:

1. o contínuo de cor, onde quanto mais branca a pessoa, maiores as possibilidades de êxito e aceitação;
2. a ideologia do embranquecimento, que aprisiona o indivíduo em um lugar de desprestígio;
3. e a democracia racial, que nega as consequências subjetivas da desigualdade racial (Souza 2021).

Segundo a mesma autora, a referência do negro continua sendo o branco, seja para afirmar-se ou para negar-se, o que é problemático. O branco é visto como algo que transcende o sujeito concreto e se inscreve, como uma estrutura simbólica ou um lugar, no discurso. Neusa Santos Souza propõe uma definição precisa do que seria essa instância normativa, denominada por Freud como “Ideal do Eu”. Esse quadro tem implicações importantes para a educação, pois cria as condições objetivas que possibilitam que a branquitude acadêmica reproduza as desigualdades raciais, ao trabalhar com a ideia de um “padrão branco” como norma a ser seguida. O ideal branco está presente, como apontado, na estrutura curricular do curso de Ciências Sociais, em que as ementas são majoritariamente compostas por homens brancos euroamericanos. A ausência de uma diversidade de gênero, raça e etnia traz, como consequência para a formação dos estudantes, a reprodução de um padrão hegemônico de ciência. Esses estudantes querem ler outras referências, querem pluralizar a universidade.

Em síntese, buscamos escurecer aqui a importância de entender o “padrão branco”, para compreender como as relações raciais e de gênero foram historicamente moldadas e reproduzidas, afetando diretamente o pensamento acadêmico. É reconhecida a necessidade de incorporar autores negros e negras na produção científica das ciências sociais para desconstruir a estrutura complexa do racismo dentro dos muros das universidades.

Epistemologias Negras na Universidade: Desestabilizando Narrativas Hegemônicas e Valorizando Vivências e Saberes

Apresentamos, inicialmente, aos educandos, as epistemologias negras como um instrumento que desestabiliza as narrativas hegemônicas da branquitude nas Ciências Sociais. Trazer essa discussão para a universidade é fundamental para a formação dos alunos e alunas, permitindo que ampliem os seus horizontes e desenvolvam uma imaginação científica crítica. Nesse sentido, foi essencial apresentar autores negros e negras contemporâneos e clássicos da Antropologia, como Anténor Firmin e Zora Neale Hurston. Esses autores foram vítimas do epistemicídio, mas as suas obras são de extrema importância para a compreensão da história e da experiência negra no mundo. Firmin é responsável por refutar a tese racista hegemônica de Arthur de Gobineau, sobre a desigualdade das raças, apresentando, por meio de pesquisa científica, outra via de compreensão, a igualdade das raças.

Também reconhecemos como fundamental que os estudantes conheçam autores negros e negras que contribuíram para o pensamento social brasileiro, como Manuel Querino e Edson Carneiro. Eles adotaram vertentes teóricas e epistemológicas que permitiram uma compreensão mais ampla da sociedade brasileira. Da mesma forma, ao relacionar obras importantes para o entendimento da sociedade brasileira, como as de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, é possível problematizar a experiência do negro na sociedade e discutir soluções para o problema do racismo. Autores como Frantz Fanon e Neusa Santos, também permitem uma compreensão mais profunda da construção do ser negro e da racialidade negra.

No fim do curso, foi essencial que os estudantes compreendessem que as epistemologias negras não se limitam a uma produção acadêmica, mas perpassam a forma de compreensão do ser negro do mundo. E, dentro desse debate, foi importante discutir a obra do grupo de *rap* Racionais MC's, que aborda temas como a violência policial, a exclusão e a marginalização da população negra no Brasil. A ementa foi construída de modo a articular saberes históricos e contemporâneos, tratando sobre negritude, pensamento social e o próprio processo de construção das epistemologias negras, como pode ver-se no quadro sistematizado, a seguir:

Quadro 01

Conceito da aula	Autores trabalhados	Resultados esperados
Epistemologias negras	(Silva 2021) (Kilomba 2020) (Pereira 2020)	Compreender os conceitos de epistemologias negras, alteridade e outridade.
Clássicos negros das Ciências Sociais	(Hurston 2019) (Jardim 2020)	Introduzir produções negras no rol dos clássicos sociológicos.
Pensamento social brasileiro	(Carneiro 1968) (Querino 2018)	Apresentar interpretações sobre o Brasil a partir de autores negros(as).
Pensamento social brasileiro	(Moura 1977) (Nascimento 1978)	Apresentar os conceitos de quilombismo e quilombagem para a compreensão das lutas negras.
Pensamento social brasileiro	(González 1983) (Munanga 1999)	Discutir como raça e gênero são conceitos indissociáveis para a compreensão do Brasil.
Tornar-se Negro	(Fanon 2008) (Souza 2021)	Mostrar os processos subjetivos da construção do ser negro.
Dispositivo de racialidade	(Carneiro 2005) (Mbembe 2018) Participação de Nzinga Cavalcante	Discutir os conceitos de dispositivo de racialidade e necropolítica.
África em si	(Oyěwùmí 2021) (Cabral 1977)	Apresentar autores/as africanos e suas interpretações sobre a África.
A dívida impagável e A ferida colonial revisitada	(Jesus 2022) (Ferreira 2022)	Discutir a atualidade da ferida colonial e a ideia global de raça.
Pensamento negro periférico	Racionais MC's e o pensamento social brasileiro	Mostrar a contribuição do Rap para o pensamento social brasileiro.

(Quadro criado pelos autores)

As referências utilizadas na disciplina permitem que os/as alunos/as conheçam uma produção para além dos cânones sociológicos. As epistemologias negras permitem refletir sobre o pensamento social, trazendo conceitos que estão mais próximos das realidades de pessoas não brancas que compõem uma parte significativa do corpo discente do curso de Ciências Sociais da UFPE. Nesse sentido, faz-se necessário, como já pontuado, que essas epistemologias sejam inseridas em outras disciplinas do curso, principalmente nas disciplinas obrigatórias, pois são estas que oferecem a base do pensamento social e antropológico, necessários à formação crítica dos estudantes. Assim, consideramos que essa disciplina é uma prática política e pedagógica contra o epistemicídio.

Escrevivências nas Epistemologias Negras

Antes de falarmos sobre as nossas escrevivências na disciplina é importante conhecer esse conceito criado pela intelectual negra Conceição Evaristo. Pautada na falta de representatividade negra na literatura, a autora expõe, nesse conceito, a necessidade de uma escrita que escreva as vivências das mulheres e homens negros na sociedade. Uma escrita contaminada pela subjetividade desses sujeitos/as, que narra histórias/ficções a partir da experiência negra no mundo. Neste artigo, o termo é utilizado enquanto metodologia, onde abordamos as escrevivências enquanto um método de investigação e produção de conhecimento nas Ciências Sociais. E, nesse sentido, destacamos a importância de tensionar a produção científica hegemônica e androcêntrica, sublinhando uma virada epistêmica (Evaristo 2020).

Para ilustrar a aplicação desse conceito foram utilizadas as nossas vivências pedagógicas na sala de aula. Buscamos analisar diferentes elementos, como a lógica da branquitude no curso de Ciências Sociais e a precarização da universidade pública, mas também as possibilidades de agência dos docentes. A escrevivência, no contexto da produção de conhecimento nas Ciências Sociais, emergiu como uma escolha analítico-metodológica para apresentar as nossas práticas docentes, que se articulam entre si, enquanto sujeitos/as racializados/as. Em decorrência disso, permitiu-nos a interação com o cotidiano universitário e a compreensão das representações, práticas, comportamentos e significados que se atribuem à academia. A escrevivência permite que os(as) autores(as) assumam protagonismo nas suas narrativas, evocando uma perspectiva de reconhecimento de pessoas negras, trazendo luz à dicotomia sujeito/objeto, pesquisa/pesquisador, ampliando o espaço de diálogo e do fazer científico para pessoas não brancas.

Por meio das nossas escrituras e em busca de trazer um referencial afro-centrado (Asante 2015) localizado na diáspora africana para a academia, propomos a desconstrução do “Eu Branco”, através de práticas pedagógicas, como a proposta pela disciplina Epistemologias Negras. Em outras palavras, como destaca Nascimento (2002: 13), é fundamental “codificar nossa experiência por nós mesmos”, sistematizá-la, interpretá-la e extrair dela lições, teóricas e práticas, que estejam em conformidade com a nossa experiência no mundo.

Apresentamos aqui as nossas escrituras no chão da sala de aula. Logo no primeiro dia de aula notamos um fato importante na nossa turma: os alunos e alunas matriculados eram, em sua maioria, negros. O que reflete a necessidade que os discentes negros possuem em ampliar os conhecimentos referentes à produções epistemológicas de pessoas racializadas. Afinal, o objetivo da disciplina não é trazer apenas a discussão racial para a sala de aula, mas trazer para o centro do debate autores e autoras negras como intelectuais importantes para entender as Ciências Sociais na atualidade.

Enquanto docentes, em uma universidade pública com ar-condicionado quebrado, elevador com problemas técnicos e falta de água mineral nos corredores, certamente enfrentamos muitos desafios estruturais em dar aulas, especialmente em um momento histórico em que a maioria dos estudantes são negros/as. Neste sentido, a situação é ainda mais complicada. Além dos desafios de estrutura, há também a questão do racismo epistêmico, que torna ainda mais difícil para os estudantes negros se sentirem acolhidos e valorizados no ambiente acadêmico. Uma das questões apresentadas pelos discentes, foi a dificuldade de pesquisar temas diferentes dos já trabalhados pelo corpo docente, tendo dificuldade de encontrar orientadores dispostos a ir além da norma. Ao optarem por trabalhar com intelectuais negros/as escutam, dos docentes, frases como, “eu não conheço esse/a autor/a” ou “esse autor/a não é sociólogo/antropólogo”, desestimulando os alunos/as que acabam, muitas vezes, desistindo dos seus projetos de pesquisas, para se inserirem na norma acadêmica.

A precarização das universidades públicas no Brasil é um projeto político que está diretamente relacionado ao “dispositivo de racialidade”. Com a entrada massiva de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior, muitas vezes em decorrência das políticas de ações afirmativas, os espaços universitários tornaram-se mais diversificados. No entanto, a precarização das condições estruturais das universidades, como a falta de infraestruturas, o baixo investimento em pesquisa e a sobrecarga dos docentes, é uma estratégia para manter os estudantes racializados em

uma posição subordinada e desvalorizada. Isso, porque a exclusão e a subalternização dos negros são elementos constituintes do dispositivo de racialidade (Carneiro 2004), que visa manter a ordem social hierarquizada e branca. Nesse contexto, a precarização das universidades é uma forma de perpetuar a marginalização dos estudantes negros, tornando as suas experiências acadêmicas ainda mais difíceis.

Não é novidade que os estudantes e professores negros frequentemente se sentem invisibilizados nas suas vivências, saberes e conhecimentos acadêmicos, quando a agenda de pesquisa e de ensino das ciências sociais valoriza, hegemonicamente, a produção científica de homens brancos ocidentais. Isso leva a uma marginalização das nossas perspectivas e experiências únicas, o que mina a autoestima e desestimula a participação ativa na vida acadêmica. Além disso, muitos alunos e alunas relatam casos de racismo por parte dos seguranças da universidade, o que contribui para um clima de hostilidade e exclusão. Quando se discutiu sobre violência policial em sala de aula, através de autoras como Sueli Carneiro e Denise Ferreira, os alunos/as foram unânimes em apontar que a UFPE não é um lugar seguro para eles, a abordagem dos seguranças do campus não difere muito da abordagem policial fora da universidade, permitindo assim que compreendessem o que essas autoras estavam discutindo, ao dizerem que o ser negro está inscrito no signo da morte e o estado é quem protagoniza essa violência.

Durante uma aula inspirada na obra da pensadora Neusa Santos Souza, os alunos e alunas foram questionadas sobre o momento em que perceberam que se tornaram negros e negras. A pergunta pode parecer simples, mas gerou uma reflexão profunda entre os discentes, especialmente aquelas que nunca haviam parado para raciocinar sobre a sua própria identidade racial. Alguns relataram que foi na infância, quando sofreram racismo ou perceberam a diferença de tratamento em relação a outras crianças, na escola. Outras disseram que foi na adolescência, quando se tornaram mais conscientes das questões raciais e passaram a envolver-se em movimentos sociais, outros quando entraram na universidade. A pergunta permitiu uma troca de experiências, o que contribuiu para uma compreensão mais ampla das diferentes vivências e perspectivas sobre o processo de racialização. A pergunta também possibilitou que os discentes brancos percebessem que a sua identidade nunca é questionada, o processo de tornar-se branco é naturalizado. Nesse sentido, a disciplina também serve para desestabilizar a branquitude, colocando-a num lugar de construção como qualquer outra identidade.

Um dos momentos mais importantes da disciplina foi a participação da agricultora e pesquisadora Nzinga Cavalcante, convidada para mediar a aula sobre Sueli Carneiro e Achile Mbembe, em que os alunos tiveram a oportunidade de aprender sobre os conceitos de necropolítica e dispositivo de racialidade no Assentamento Chico Mendes I, localizado na zona rural do município de Tracunhaém, em Pernambuco. A presença de Nzinga permitiu uma visão mais ampla sobre a luta das comunidades negras rurais, pelo acesso à terra, bem como sobre os impactos da implementação de projetos de desenvolvimento, como a construção de linhas de transmissão de energia eólica. Os alunos puderam entender como esses projetos muitas vezes afetam, de forma desproporcional, as comunidades negras, que sofrem com a falta de consulta prévia e com a perda dos seus territórios e modos de vida. Para além disso, Nzinga destacou a importância da preservação ambiental e da agroecologia, como formas de garantir a sustentabilidade das comunidades rurais. A presença da agricultora e pesquisadora trouxe uma perspectiva prática e localizada para os conceitos discutidos em sala de aula, o que enriqueceu o aprendizado do/as discentes.

Outro momento marcante ocorreu durante a aula sobre a atualidade da Ferida Colonial, ministrada pelo Prof. Dr. Alexandre Silva de Jesus, do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, onde os/as alunos/as puderam refletir sobre como a dominação colonial ainda permeia a sociedade e o Estado brasileiro. O autor argumenta, na sua teoria, que o passado colonial brasileiro teve problemas que se refletem, ainda hoje, na formação do Estado. A ferida colonial seria a representação da persistência das estruturas coloniais na sociedade brasileira contemporânea que acentuam as desigualdades sociais, injustiças e o preconceito racial. O processo de exploração começou na diáspora africana, que diminuiu, desumanizou e negou direitos básicos a corpos pretos. Essa ferida colonial não pode ser vista com os olhos físicos, mas é sentida por todos aqueles que trazem, em sua pele e em seus fenótipos, marcas de um passado negro. E qual seria a superação desse *status* desigual? Para o autor, a reconstrução do mundo em que vivemos.

Ao refletir sobre a atualidade da ferida colonial na universidade pública, é fundamental destacar a questão da branquitude. A branquitude é uma categoria que se refere à construção social e histórica da identidade branca e suas relações de poder e privilégio em relação a outras identidades raciais. Na universidade, a branquitude manifesta-se na hegemonia do conhecimento branco, que apaga epistemologias não-brancas e exclui a presença e a participação de estudantes e docentes negros. Cabe destacar que Jesus é um dos poucos professores negros do DAM e que ministra aulas no curso de

ciências sociais. Ao falar sobre as suas experiências na academia, ele sempre reforça o processo de ser uma pessoa marcada racialmente, quer dizer, enquanto os seus pares são reconhecidos como professores/pesquisadores somente, ele é sempre apresentado como professor/pesquisador negro. Esse relato foi mote em sala de aula para ele trazer os conceitos trabalhados por Frantz Fanon e Grada Kilomba, sobre a desumanização do negro enquanto ser específico e não enquanto ser universal.

Para finalizar as nossas escrituras gostaríamos de frisar o momento, em nossa disciplina, em que solicitamos aos alunos e alunas que compartilhassem as suas pesquisas e intenções de estudo, bem como de que forma a disciplina poderia contribuir para os seus processos de pesquisa. Foi fascinante observar a diversidade de trabalhos que surgiram a partir de uma perspectiva negra, abordando temas como relacionamentos afetivos de mulheres negras nas redes sociais, o papel da mulher negra no trabalho doméstico, questões de saúde da população negra e até mesmo os poetas marginais. Essa variedade de interesses de pesquisa demonstrou que os educandos trazem consigo um repertório rico e diversificado, fortemente enraizado nas suas próprias experiências e vivências. Esse encontro entre as suas histórias pessoais e as suas escolhas de estudo evidenciou a importância de valorizar e incentivar abordagens inclusivas no campo acadêmico e que as suas escrituras podem ser incorporadas na produção de conhecimento científico.

Antepenúltimas Palavras

Justificamos a escolha do Antepenúltimas pois, assim como a disciplina, este artigo pode ter vários desdobramentos. O nosso tema é atual, relevante, e está dentro de um momento, do mundo e das Ciências Sociais, em que não é mais normal a ciência ser produzida por apenas um grupo racial. A disciplina surge para trazer para o debate autores e autoras negras que, por tempos, estiveram fora dos currículos oficiais nos cursos de graduação. Além de ser uma reparação epistêmica, ler epistemologias negras amplia a visão de mundo dos pesquisadores e pesquisadoras em formação, afinal espera-se que os discentes sejam sujeitos críticos diante da realidade social brasileira marcada por um profundo racismo estrutural. Trabalhamos conceitos como: epistemologia negra, dispositivo de racialidade e o Ideal do “Eu branco”; para mostrar como autores e autoras negras estão assumindo as suas próprias narrativas e fazendo ciência, uma ciência localizada, corporificada, territorializada a partir da experiência negra no mundo. Não tínhamos, na disciplina, intenção nem espaço para esgotar a discussão

teórica e metodológica que ronda a temática das epistemologias negras, mas ao inserir esses autores na construção educacional e profissional dos estudantes, diminuimos um pouco mais a barreira imposta pelo racismo acadêmico e caminhamos para uma ciência antirracista.

Notas

1. O estágio docente é obrigatório para os/as discentes de pós-graduação. Fica ao critério dos/as discentes escolherem em quais disciplinas irão realizar o estágio.
2. As disciplinas antropologia 1, 2 e 3 são disciplinas voltadas para temáticas específicas escolhidas pelo docente que irá ministrar a disciplina. Não há espaço, no sistema de matrícula do curso, para inserir o tema específico. No geral, o tema é divulgado para os/as discentes antes da matrícula.
3. Sobre o conceito de sobrevivência de Conceição Evaristo. Veja-se para aprofundamento: Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes (Orgs.), *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, 282 p.
4. Para saber mais deste projeto acessar a página “Enegrecendo Currículos” - (ufpe.br)
5. Aqui consideramos a categoria oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em que Negro equivale a junção de Pretos e Pardos.
6. A necropolítica é um termo cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, que descreve uma forma de exercício de poder que busca não apenas controlar populações, mas também determinar quem vive e quem morre. Ela se manifesta através de políticas e práticas que instrumentalizam a violência, a morte e a exposição à morte como ferramentas de governança. Esse conceito tem sido utilizado especialmente para analisar estruturas de poder que marginalizam e discriminam determinados grupos sociais, como minorias étnicas, imigrantes, pobres e outros considerados “indesejáveis” pela sociedade dominante. Em essência, a necropolítica se refere ao uso deliberado do poder estatal para decidir sobre a vida e a morte de certos grupos, em vez de proteger as suas vidas.

Referências

- Anastasiou, L.G.C, Alves, L.P., 2003, *Estratégias de ensinagem. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. Joinville: Univille.
- Asante, K., 2014, *Afrocentricidade*. Filadélfia: Afrocentricity International.
- Bardin, L., 2011, *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 7.
- Carneiro, E., 1968, O negro como objeto de ciência. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 6-7. <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20679>. Acesso em: 11 maio. 2024.
- Carneiro, S., 2005, *A construção do Outro como Não-Ser*. São Paulo: USP.
- Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes (Orgs.), 2020, *Escrevivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 282 p.

- Evaristo, C., 2007, *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Fanon, F., 2008, *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.
- Figueiredo, A., Grosfoguel, R., 2007, Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, ano 59, n. 2, pp. 36-41.
- Gonzalez, L., 1983, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Anpocs.
- Jesus, A. S., 2022, *Notas sobre a atualidade de ferida colonial*. 1. ed. Recife: Titivillus.
- Kilomba, G., 2020, *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Mbembe, A., 2018, *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições.
- Nascimento, A., 1978, *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Oyewumi, O., 2021, *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Silva, A.C.R., 2021, ‘Epistemologias negras: uma prática político-pedagógica’. In: Ana Cláudia Rodrigues da Silva; Maria da Conceição dos Reis. (Org.). *As práticas educativas da formação e ação dos grupos de estudos étnico-raciais*. Ed. Recife: EDUFPE, v. 1, pp. 17-34.
- Silva, A. P. H., 2021, *O lugar dos conhecimentos afrikanos e da diáspora nas epistemologias das Ciências Sociais do Ceará*. 2021. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2021) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. <https://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=106329>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.
- Souza, N. S., 2021, *Tornar-se negro: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Zabala, A., 1998, *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed.

